



PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA

OPERAÇÃO CHUVAS DE VERÃO 2024 (01/dez/2023 a 31/mar/2024)

DAS VULNERABILIDADES DAS ÁREAS DE RISCO E DEMAIS ÁREAS, DA
PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIA, RESPOSTA, SOCORRO E ASSISTÊNCIA EM
SITUAÇÃO ANORMAL NO MUNICÍPIO DE CAMPO LIMPO PAULISTA/SP

Novembro de 2023

1

VERSÃO: 1, 17/11/2023

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: Atual

EXEMPLAR PERTENCENTE A: Departamento de Proteção e Defesa Civil



SUMÁRIO

1. Introdução.....	3
2. Objetivos.....	3
3. Área de abrangência do plano.....	3
4. Terminologias associadas aos cenários de risco e calamidades.....	4
5. Identificação de riscos.....	7
5.1 Roteiro metodológico para análise de risco e mapeamento de áreas de risco em setores de encosta e baixada, com enfoque em deslizamentos de solo.....	7
5.2 Identificação, análise e mapeamento de áreas de risco de enchentes, inundações, alagamentos e solapamento de margem.....	10
6. Ferramentas utilizadas para monitoramento meteorológico e hidrológico.....	12
7. Acionamento do Plano de Contingência.....	15
8. Fases da Operação Chuvas de Verão.....	17
8.1 Prevenção.....	17
8.2 Preparação.....	23
8.3 Resposta.....	23
8.4 Reconstrução.....	26
9. Abrigamento.....	26
10. Divulgação.....	28
11. Revisão do Plano.....	28
12. Fluxogramas do Plano de Contingência.....	29
13. Página de Assinaturas.....	31
14. Registro de Alterações.....	32
15. Registro de Cópias Distribuídas.....	33



1. INTRODUÇÃO

O presente Plano de Contingência aborda as questões fundamentais de pertinência municipal no que se refere à preparação e às respostas para os períodos chuvosos, em especial, entre 1º de dezembro de 2023 a 31 de março de 2024.

Este Plano de Contingência tem a finalidade de enfatizar as ações de prevenção e socorro para as áreas consideradas vulneráveis a desastres, principalmente relacionados com eventos naturais (chuvas prolongadas ou súbitas, enxurradas, chuvas de granizo, vendavais), no intuito de melhor empregar os recursos disponíveis dos órgãos competentes, visando reduzir as vulnerabilidades e evitar danos à população.

Nele estão contidos todos os órgãos/entidades que, na iminência de um acidente, irão se agregar ao Departamento de Proteção e Defesa Civil - DPDC, cada um em suas competências e especificidades, para de forma planejada e organizada, promover os meios necessários à minimização de seus efeitos, inclusive disponibilizando seus recursos humanos e materiais.

2. OBJETIVOS

O Plano de Contingência tem como objetivo definir, orientar e organizar as ações a serem executadas pelos órgãos que compõem o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil de Campo Limpo Paulista, em circunstâncias de situações adversas relacionadas com o incremento de precipitações pluviométricas.

O Plano de Contingência irá operar através do acompanhamento das chuvas, previsões meteorológicas com aparelhos precisos e vistorias em campo a fim de evitar a ocorrência de mortes ou feridos, por meio da remoção da população anteriormente à ocorrência do dano.

Visa dotar o Departamento de Proteção e Defesa Civil de instrumentos de ação para fazer frente às áreas atingidas com procedimentos adequados e articulados para as situações de risco.

O Plano de Contingência das Chuvas de Verão fundamenta-se na utilização de todo o conjunto de recursos materiais e humanos da Prefeitura de Campo Limpo Paulista - SP, bem como do apoio dos órgãos públicos estaduais, federais e representações comunitárias organizadas.

Este Plano será operacionalizado sempre que venham ocorrer acidentes de grande monta causados pelo incremento de precipitações pluviométricas no município de Campo Limpo Paulista.

3. ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PLANO

O Plano abrange todo o município de Campo Limpo Paulista, com destaque para as consideradas áreas de risco, que são aquelas que pelas suas características geológicas e



de ocupação são as mais instáveis e vulneráveis à ocorrência de deslizamentos, desabamentos, inundações e alagamentos.

O município de Campo Limpo Paulista é um município do Estado de São Paulo, que faz parte da Região Metropolitana de Jundiaí, localizado à latitude 23°12'23" Sul e à longitude 46°47'04" Oeste, estando há 745 metros de altitude em relação ao nível do mar. Tem uma área territorial de 80,048Km² e população estimada de 84.650 habitantes, segundo dados do IBGE de 2019. Possui conurbação consolidada com Várzea Paulista e Jundiaí. As cidades mencionadas fazem parte da Aglomeração Urbana de Jundiaí, juntamente com os municípios de Cabreúva, Itupeva, Louveira e Jarinu, totalizando cerca de 771 mil habitantes. Tem uma economia diversificada, sem aparente preponderância de um setor econômico sobre outro.

Como principais meios de transporte tem-se os ônibus municipais e intermunicipais e a opção do trem, com o privilégio de 2 estações ferroviárias.

O relevo, como bem destacado logo no início de seu hino, “entre serras e colinas...” já evidencia alguns cenários de risco que se apresentam devido à topografia irregular. Não citado no hino, mas que também tem significância são os cursos d’água, tendo como principal o Rio Jundiaí, que dá nome à bacia hidrográfica, nasce na cidade de Mairiporã e segue em direção leste, atravessando os municípios de Campo Limpo Paulista, Várzea Paulista, Jundiaí, Itupeva, Indaiatuba, chegando à cidade de Salto, onde deságua no Rio Tietê. Dentre as várias sub-bacias presentes, destaca-se a do Córrego Mãe Rosa, que 4 nasce no próprio município.

4. TERMINOLOGIAS ASSOCIADAS AOS CENÁRIOS DE RISCO E CALAMIDADES

Alerta

Situação em que os órgãos participantes da “Operação” devem-se manter em esquema especial de funcionamento integral, mediante escala de plantão, para atendimento às ocorrências mediante evento adverso.

Ameaça

Risco imediato de desastre. Prenúncio ou indício de um evento desastroso. Evento adverso provocador de desastre, quando ainda potencial.

Área de Abrangência

Área que poderá ser atingida por um desastre.

Área de Risco

Área onde existe a possibilidade de ocorrência de eventos adversos.

Dano

Medida que define a intensidade ou severidade da lesão resultante de um acidente ou evento adverso, assim como da perda humana, material ou ambiental, física ou funcional,



em consequência da perda de controle sobre o risco às pessoas, comunidades, instituições, instalações e/ou aos ecossistemas.

Defesa Civil

Conjunto de ações preventivas, de socorro, mitigação, assistenciais e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social.

Desastre

Resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem sobre um cenário vulnerável, causando grave perturbação ao funcionamento de uma comunidade ou sociedade envolvendo extensivas perdas e danos humanos, materiais, econômicos ou ambientais, que excede a sua capacidade de lidar com o problema usando meios próprios.

Estado de Calamidade Pública

Situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta.

Evento Adverso

Ocorrência desfavorável, prejudicial, imprópria. Acontecimento que traz prejuízo, infortúnio. Fenômeno causador de um desastre.

5

Medidas estruturais

Medidas que tem por objetivo aumentar o grau de segurança intrínseca dos cenários potenciais de desastres e da ambiência circundante, por intermédio de atividades construtivas.

Medidas Não-Estruturais

Medidas que se relacionam com o uso adequado do espaço geográfico e com a implementação de normas técnicas, regulamentos de segurança e projetos de preparação para emergências e desastres.

Minimização de Risco

Conjunto de medidas destinadas a:

1. Prevenir desastres por meio de avaliação e redução de riscos, com medidas estruturais e não estruturais;
2. Preparação para emergências e desastres com a adoção de programas de desenvolvimento institucional, de recursos humanos, científico e tecnológico, mudança cultural, motivação e articulação empresarial, monitoração, alerta e alarme, planejamento operacional, mobilização, aparelhamento e apoio logístico.



Órgãos Setoriais

Órgãos da Administração Pública Municipal que apoiam o Órgão Central – Defesa Civil, com o objetivo de garantir a atuação sistêmica.

Órgãos de Apoio

Órgãos e entidades públicas e privadas, associações comunitárias e de voluntários, Núcleos de Defesa Civil e organizações não governamentais que apoiam os integrantes do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil - SMPDC.

Prontidão

Situação em que os órgãos integrantes do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, devem permanecer, disponibilizando pessoal, veículos e materiais para atendimento às ocorrências do evento adverso.

Recuperação

Conjunto de medidas destinadas a restabelecer ou normalizar os serviços públicos, a economia local, o moral social e o bem-estar da população, através dos órgãos acionados pelo Órgão Central – Defesa Civil.

Resposta aos Desastres

Conjunto de medidas necessárias para:

1. Socorrer com atividades de logística, assistência social e de promoção da saúde as populações vitimadas;
2. Reabilitação do cenário do desastre, compreendendo as atividades de avaliação dos danos, vistoria e elaboração de laudos técnicos, desobstrução e remoção de escombros, limpeza, descontaminação e desinfestação do ambiente, bem como reabilitação dos serviços essenciais.

Risco

Probabilidade de ocorrência de um acidente ou evento adverso, relacionado com a intensidade dos danos ou perdas, resultantes dos mesmos.

Segurança

Estado de confiança, individual ou coletivo, baseado no conhecimento e no emprego das normas de proteção e na convicção de que os riscos de desastres foram reduzidos, em virtude da adoção de medidas minimizadoras.

Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC

Instrumento administrativo que tem como objetivo organizar as ações de defesa civil no município através da participação de todos os órgãos da Administração Pública Municipal direta e indireta e dos órgãos de apoio.



Situação de Emergência

Situação de alteração intensa e grave das condições de normalidade em um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo parcialmente sua capacidade de resposta.

Vulnerabilidade

Relação existente entre a magnitude da ameaça, caso ela se concretize, e a intensidade do dano consequente.

5. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS

Esta ação se refere aos trabalhos de reconhecimento de ameaças ou perigos e da identificação das respectivas áreas de risco. Para cada tipo de ameaça, deve-se entender os fatores condicionantes, os agentes deflagradores e os elementos em risco. Os trabalhos de identificação apresentam-se, geralmente, sob a forma de mapas de identificação espacial das áreas de risco.

5.1 ROTEIRO METODOLÓGICO PARA ANÁLISE DE RISCO E MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO EM SETORES DE ENCOSTA E BAIXADA, COM ENFOQUE EM 7 DESLIZAMENTOS DE SOLO

Este roteiro objetiva auxiliar a tomada de decisão sobre as moradias que estão em risco de deslizamentos. Ao final do preenchimento é possível se estabelecer o grau (nível) de risco ao qual esta sujeita a moradia (Metodologia IPT - Instituto de Pesquisas Tecnológicas).

1º Passo – Dados gerais sobre a moradia:

Indicar a localização (endereço) da moradia (usar nome ou número da rua, viela, escadaria, ligação de água ou luz, nomes de vizinhos), nome do morador e as condições de acesso à área, como por exemplo: via de terra, escadaria de cimento, rua asfaltada, boas ou más condições, etc. Mencionar o tipo de moradia (alvenaria, madeira ou misto). Identificar a densidade de ocupação (Tabela 1).

Tabela 1. Descrição utilizada para caracterizar a densidade de ocupação e necessidade de infraestrutura básica.

CATEGORIA DE OCUPAÇÃO	CARACTERÍSTICA
Área consolidada	Áreas densamente ocupadas, com infraestrutura básica.
Área parcialmente consolidada	Áreas em processo de ocupação, adjacentes a áreas de ocupação consolidada. Densidade da ocupação variando de 30% a 90%.



	Razoável infraestrutura básica.
Área parcelada	Áreas de expansão periféricas e distantes de núcleo urbanizado. Baixa densidade de ocupação (até 30%). Desprovidas da infraestrutura básica.
Área mista	Nesses casos, caracterizar a área quanto à densidade de ocupação e quanto à implantação de infraestrutura básica

2º Passo – Caracterização física do local

Este passo descreve a caracterização do local da moradia ou grupo de moradias:

- Tipo de talude - natural ou corte;
- Tipo de material - solo, aterro, rocha;
- Presença de materiais - blocos de rocha e matacões, lixo e entulho;
- Inclinação da encosta ou corte;
- Distância da moradia ao topo ou base dos taludes.

3º Passo – Água

A água é o principal agente deflagrador de deslizamentos. A presença da água pode se dar de diversas formas, como água das chuvas, servidas e de esgotos. A origem e destino dessas águas são fatores que devem ser levantados durante os mapeamentos.

8

4º Passo – Vegetação no talude ou proximidades

Dependendo do tipo de vegetação, ela pode ser boa ou ruim para a estabilidade da encosta. Deve-se anotar a vegetação que se encontra na área da moradia que está sendo avaliada, principalmente se existir bananeiras.

5º Passo – Sinais de movimentação (Feições de instabilidade)

Antes de ocorrer um deslizamento, a encosta fornece sinais que está se movimentando. A observação desses sinais é muito importante para a classificação do risco, a retirada preventiva de moradores e a execução de obras de contenção. Observar a presença de trincas no terreno e na moradia; degraus de abatimento; árvores, postes e muros inclinados; muros e paredes deslocados ou embarrigados; e cicatriz de deslizamento próxima à moradia.

6º Passo – Determinação do grau de risco

A Tabela 2 explicita os critérios para a determinação dos graus de risco.

Grau de probabilidade	Descrição
R1 - Baixo ou sem risco	1. Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (inclinação, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de baixa ou nenhuma potencialidade para o desenvolvimento de processos de



	<p>deslizamentos e solapamentos.</p> <p>2. Não se observa(m) sinal/feição/evidência(s) de instabilidade. Não há indícios de desenvolvimento de processos de instabilização de encostas e de margens de drenagens.</p> <p>3. Mantidas as condições existentes não se espera a ocorrência de eventos destrutivos no período compreendido por uma estação chuvosa normal.</p>
R2 - Médio	<p>1. Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (inclinação, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de média potencialidade para o desenvolvimento de processos de deslizamentos e solapamentos.</p> <p>2. Observa-se a presença de algum(s) sinal/feição/ evidência(s) de instabilidade (encostas e margens de drenagens), porém incipiente(s). Processo de instabilização em estágio inicial de desenvolvimento.</p> <p>3. Mantidas as condições existentes, é reduzida a possibilidade de ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período compreendido por uma estação chuvosa.</p>
R3 - Alto	<p>1. Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (inclinação, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de alta potencialidade para o desenvolvimento de processos de deslizamentos e solapamentos.</p> <p>2. Observa-se a presença de significativo(s) sinal/ feição/ evidência(s) de instabilidade (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, etc.). Processo de instabilização em pleno desenvolvimento, ainda sendo possível monitorar a evolução do processo.</p> <p>3. Mantidas as condições existentes, é perfeitamente possível a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas, no período compreendido por uma estação chuvosa.</p>
R4 - Muito Alto	<p>1. Os condicionantes geológico-geotécnicos predisponentes (inclinação, tipo de terreno, etc.) e o nível de intervenção no setor são de muito alta potencialidade para o desenvolvimento de processos de deslizamentos e solapamentos.</p> <p>2. Os sinais/feições/evidências de instabilidade (trincas no solo, degraus de abatimento em taludes, trincas em moradias ou em muros de contenção, árvores ou postes inclinados, cicatrizes de deslizamento, feições erosivas, proximidade da moradia em relação à margem de córregos, etc.) são expressivas e estão presentes em grande número ou magnitude. Processo de instabilização em avançado estágio de desenvolvimento. É a condição mais crítica, sendo impossível monitorar a evolução do processo, dado seu elevado estágio de desenvolvimento.</p> <p>3. Mantidas as condições existentes, é muito provável a ocorrência de eventos destrutivos durante episódios de chuvas intensas e prolongadas,</p>



no período compreendido por uma estação chuvosa.
--

7º Passo – Necessidade de remoção

Esta é uma informação para a Defesa Civil e para a equipe de Assistência Social, não descartando o auxílio de outras Secretarias e equipes diretamente relacionadas com atendimentos dessa natureza. As moradias que estão em risco e a quantidade de pessoas a serem removidas devem ser informadas.

5.2 IDENTIFICAÇÃO, ANÁLISE E MAPEAMENTO DE ÁREAS DE RISCO DE ENCHENTES, INUNDAÇÕES, ALAGAMENTOS E SOLAPAMENTO DE MARGEM

5.2.1 Aspectos Conceituais

Alagamento: acúmulo momentâneo de águas em uma dada área decorrente de deficiência do sistema de drenagem, independentemente de chuva.

Enchente ou cheia: elevação temporária do nível d'água em um canal de drenagem devida ao aumento da vazão ou descarga.

Enxurrada: escoamento superficial concentrado e com alta energia de transporte.

Inundação: processo de extravasamento das águas do canal de drenagem para as áreas marginais (planície de inundação, várzea ou leito maior do rio) quando a enchente atinge cota acima do nível máximo da calha principal do rio.

Solapamento: Ruptura de taludes marginais do rio, córrego ou cursos d'água em geral por erosão e ação instabilizadora das águas durante ou logo após processos de enchentes e inundações.

Os condicionantes naturais climáticos e geomorfológicos de um dado local (pluviometria, relevo, tamanho e forma da bacia, gradiente hidráulico do rio) são determinantes na frequência de ocorrência, tipologia e dinâmica do escoamento superficial de processos de enchentes e inundações. Além dos condicionantes naturais, as diversas intervenções antrópicas realizadas no meio físico têm sido determinantes na ocorrência de acidentes de enchentes e inundações, principalmente nas áreas urbanas. Este tipo de processo apresenta geralmente efeitos destrutivos mais restritos ao canal de drenagem, com ocorrência de erosão e solapamento dos taludes marginais. Sua característica principal é o impacto destrutivo em função da alta energia de escoamento, podendo ocorrer a destruição de moradias, com possibilidade moderada a alta de perda de vidas humanas, na medida em que as edificações com piores condições construtivas e maior vulnerabilidade localizam-se à beira dos córregos.



5.2.2 Mapeamento e Análise de Áreas de Risco de Enchentes, Inundações e Alagamentos em Áreas Urbanas

1º Critério - Análise dos cenários de risco e potencial destrutivo dos processos hidrológicos ocorrentes

O primeiro critério de análise refere-se à identificação do processo hidrológico presente em cada área a ser investigada.

- a) Processo hidrológico 1: enchente e inundação lenta de planícies fluviais - C1;
- b) Processo hidrológico 2: enchente e inundação com alta energia cinética - C2;
- c) Processo hidrológico 3: enchente e inundação com alta energia de escoamento e capacidade de transporte de material sólido - C3.

Cada um dos processos hidrológicos comumente ocorrentes será utilizado como critério de análise e de periculosidade na medida em que consistem em processos com diferentes capacidades destrutivas e potencial de danos sociais e econômicos em função da sua magnitude, energia de escoamento, raio de alcance lateral e extensão e impacto destrutivo.

2º Critério - Vulnerabilidade da ocupação urbana

A avaliação da vulnerabilidade compreende a análise do padrão construtivo 11 considerando basicamente 2 tipologias construtivas:

- a) alta vulnerabilidade de acidentes (V1): baixo padrão construtivo onde predominam moradias construídas com madeira, madeirite e restos de material com baixa capacidade de resistir ao impacto de processos hidrológicos;
- b) baixa vulnerabilidade de acidentes (V2): médio a bom padrão construtivo onde predominam moradias construídas em alvenaria com boa capacidade de resistir ao impacto de processos hidrológicos.

3º Critério - Distância das moradias ao eixo da drenagem

O terceiro critério para análise de risco refere-se à distância das moradias ao eixo da drenagem, logicamente considerando o tipo de processo ocorrente na área e o raio de alcance desse processo. Intrinsecamente neste critério há embutida a frequência de ocorrência: fenômenos com maior raio de alcance estão associados a eventos de maior magnitude e de menor tempo de retorno em termos estatísticos tendo as chuvas como agente deflagrador do processo.

Definição de níveis de risco

A definição de níveis relativos de risco considerando os 3 critérios e parâmetros de análise de risco pode ser desenvolvida considerando diferentes arranjos entre os mesmos. São definidos nessa análise 4 níveis de risco: Risco Muito Alto (R4), Risco Alto (R3), Risco Médio (R2) e Risco Baixo (R1).



6. FERRAMENTAS UTILIZADAS PARA MONITORAMENTO METEOROLÓGICO E HIDROLÓGICO.

Durante o período da Operação Chuvas de Verão (1º de dezembro a 31 de março) a Defesa Civil monitorará constantemente os dados pluviométricos e a previsão de tempo. Estes parâmetros, bem como a ocorrência de incidentes geológicos e hidrológicos, definem a possibilidade de estabelecimento do município em quatro níveis (Tabela 3):

Tabela 3. Níveis de atuação durante o período da Operação Chuvas de Verão

NÍVEIS	CRITÉRIOS DE ENTRADA	CRITÉRIOS DE SAÍDA
OBSERVAÇÃO	Início do período de vigência (1º de dezembro). Acumulado de chuva inferior a 80 mm em 72 h.	Término do período de vigência (31 de março).
ATENÇÃO	Acumulado de chuva superior a 80 mm em 72 h e previsão de chuvas com tendência de longa duração de qualquer intensidade.	Previsão de não ocorrência de chuvas com tendência de longa duração, de qualquer intensidade. Acumulado de chuva inferior a 80 mm em 72 h.
ALERTA	Presença de evidências de movimentação de solo significativas que indiquem a possibilidade de escorregamentos. Observadas em vistorias de campo.	Previsão de não ocorrência de chuvas com tendência de longa duração, de qualquer intensidade.
ALERTA MÁXIMO	Registro de ocorrência de escorregamentos generalizados nas encostas. Previsão de ocorrência de chuvas de longa duração, de qualquer intensidade.	Previsão de não ocorrência de chuvas com tendência de longa duração, de qualquer intensidade. Restauração dos sistemas de drenagem e recuperação das vias de acesso e circulação.

12

6.1 PLUVIÔMETROS AUTOMÁTICOS

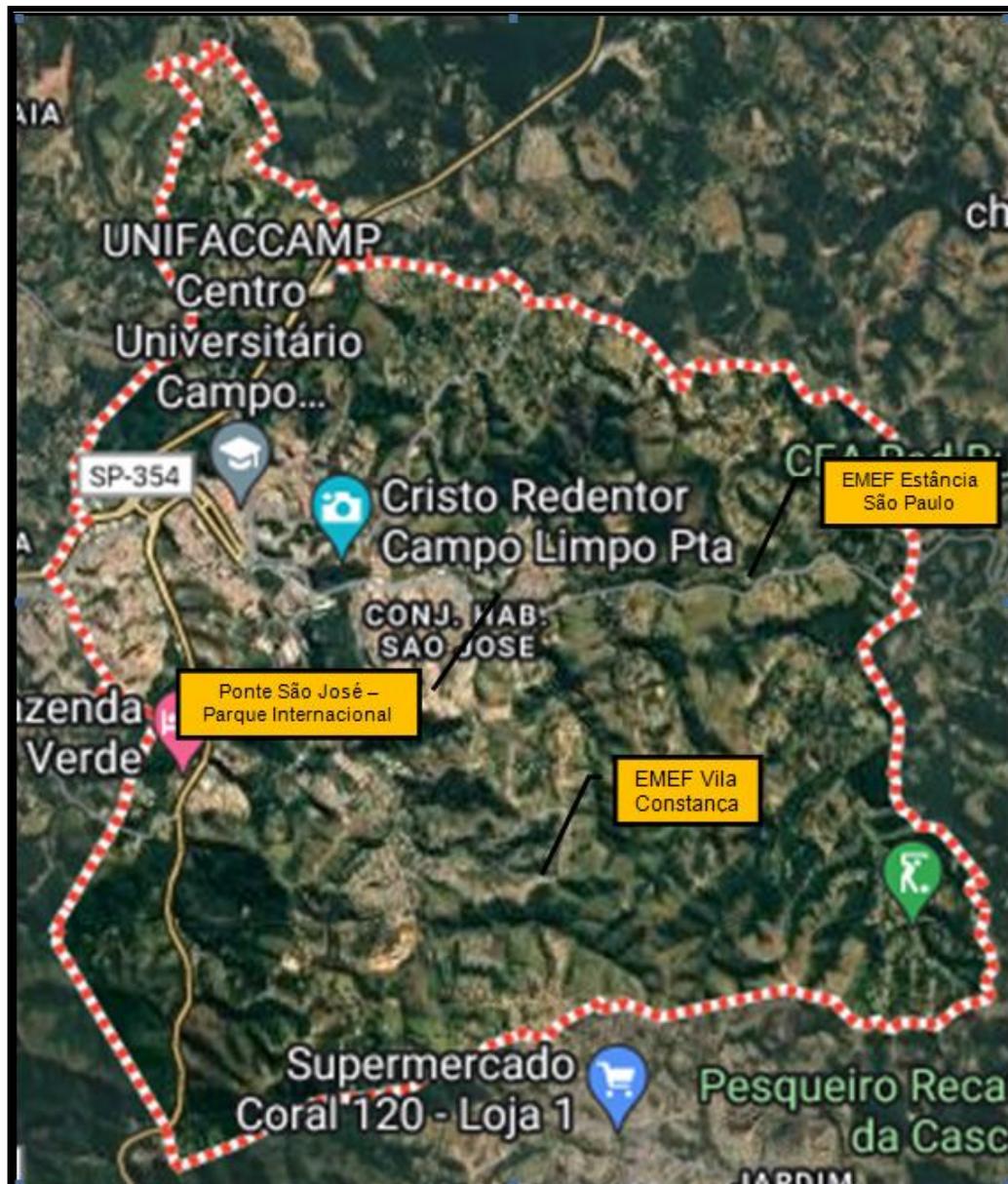
Em Campo Limpo Paulista, o monitoramento da pluviosidade é feito diariamente pela Defesa Civil por meio de 3 pluviômetros automáticos instalados em parceria com o CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais e Centro



Integrado de Informações Meteorológicas - CIIAGRO, em pontos estratégicos do município, que disponibilizam os índices pluviométricos em tempo real. Os dados podem ser obtidos através dos links <http://www.ciiagro.sp.gov.br/ciiagroonline/#Dados%20Di%EF%BF%BDrios> e <http://www2.cemaden.gov.br/mapainterativo/#>.

O Mapa a seguir indica os locais onde os pluviômetros automáticos encontram-se instalados, a saber: EMEF Estância São Paulo, EMEF Vila Constança e na ponte que liga os bairros Parque Internacional e Conjunto Habitacional São José, sobre o Rio Jundiáí.

Os altos índices registrados em curtos períodos de tempo potencializam acidentes, mas também permitem à Defesa Civil, através desses dados, priorizar as ações de atendimentos e respostas nas áreas de maior risco da cidade.



Indicação dos locais onde estão instalados os pluviômetros



6.2 RADAR METEOROLÓGICO

Radares meteorológicos enviam pulsos eletromagnéticos e medem o sinal refletido por obstáculos como água e granizo. Quanto maior a gota e maior seu número, maior a parcela de energia retornada, o que permite estimar a quantidade de gotas de chuva em suspensão.

O monitoramento das condições climáticas é realizado pelo Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) utilizando modelos numéricos para simulação de tempo e clima, integrando informações atmosféricas e oceânicas.

O radar é um instrumento de grande importância na estimativa de precipitação. Além de cobrir uma área considerável, quando se compara com pluviômetros, fornece a estrutura tridimensional dos sistemas precipitantes, é possível também acompanhar o deslocamento dos sistemas e quando necessário enviar alertas.

O município de Campo Limpo Paulista está inserido na área de monitoramento do Radar São Roque. É um radar meteorológico usado na detecção de precipitação e na previsão de sua intensidade por refletividade. É possível estimar a quantidade de chuva, determinar sua intensidade e duração.

O monitoramento é realizado acessando o link: <http://sigma.cptec.inpe.br>

14

6.3 ESTAÇÃO HIDROLÓGICA

Não temos na cidade. Pode ser obtida em parceria com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) por meio do Projeto “Desenvolvimento de Sistema de Previsão de Enxurradas, Inundações e Movimentos de Massa em Encostas para a Preservação de Desastres Naturais”.

O acompanhamento do nível do curso d’água definido e da pluviosidade no local é feito ao vivo, sendo que todas as informações ficam disponíveis no site do Cemaden, no mapa interativo “Estações Hidrológicas”, sendo aberto para consulta de qualquer usuário.

O monitoramento é realizado acessando o link: <http://www2.cemaden.gov.br/mapainterativo/#>

6.4 DADOS DE VENTO E UMIDADE RELATIVA DO AR

O município não tem instrumentos próprios específicos para essa finalidade. O Departamento de Proteção e Defesa Civil utiliza como referência o monitoramento da velocidade e direção do vento e umidade relativa do ar utilizando-se de dados de duas fontes, instaladas na cidade de Jundiá:

- I. REDEMET. A Rede de Meteorologia do Comando da Aeronáutica tem como objetivo integrar os produtos meteorológicos voltados à aviação civil e



militar. Os sensores estão instalados no aeroporto de Jundiaí e os dados podem ser acessados pelo link: <https://www.redemet.aer.mil.br/?i=produtos&p=meteograma>

- II. CETESB. Os sensores da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo estão localizados no bairro Anhangabaú e os dados podem ser acessados pelo link: <http://s.ambiente.sp.gov.br/html-ar/dados-horarios.html>

7. ACIONAMENTO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

7.1 GESTOR

Fica sob a responsabilidade do Departamento Municipal de Proteção e Defesa Civil (DPDC) a gestão do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil (SIMPDEC). O DPDC acionará o SIMPDEC para que sejam priorizados os atendimentos às áreas com as seguintes configurações:

1. Áreas com maiores vulnerabilidades a deslizamentos de terra, incluindo submoradias e demais áreas do município;
2. Áreas com histórico de acidentes em decorrência das chuvas;
3. Áreas identificadas no mapeamento que apresentam risco instalado e que são focos de 15 monitoramento da Defesa Civil considerando os condicionantes geológicos e geográficos;
4. Locais vistoriados em situação de alto e muito alto risco onde não ocorreram intervenções até o momento;
5. Áreas sujeitas a alagamentos com potenciais prejuízos socioeconômicos.

7.2 ATRIBUIÇÕES DO GESTOR

- a) Coordenar as ações e atuações dos agentes e atores da SIMPDEC;
- b) Receber as demandas e organizar as ações;
- c) Responsável pela deflagração das ações;
- d) Divulgar as informações de forma objetiva e organizada.

7.3 TITULARES E SUPLENTE DOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS PARTICIPANTES

Identificada a situação anormal os órgãos relacionados deverão ser imediatamente acionados e adotarão as medidas que lhes couber, de acordo com as missões específicas de cada órgão. Para tal, este Plano dispõe de relações contendo nomes e telefones que facilitarão o pronto acionamento e emprego dos recursos (Tabela 4).



Tabela 4. Telefones dos titulares e suplentes representantes de cada órgão/entidade municipal.

Órgão/Entidade	Telefone fixo	Titular	Telefone	Suplente	Telefone
SCC					
SAJ					
SFGP					
SGP - DTT					
SADS					
SE					
SEL					
SMA - DPDC					
SO - DH					
SS					
SSI					
SSP					

Siglas: **SCC** – Secretaria Municipal da Casa Civil. **SAJ** – Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos. **SFGP** – Secretaria Municipal de Finanças e Gestão de Pessoas. **SGP – DTT**: Secretaria Municipal de Gestão Pública – Diretoria de Trânsito e Transporte. **SADS**: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **SE** – Secretaria Municipal de Educação. **SEL**: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. **SMA – DPDC** – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Departamento de Proteção e Defesa Civil. **SO – DH**: Secretaria Municipal de Obras – Diretoria de Habitação. **SS**: Secretaria Municipal de Saúde. **SSI**: Secretaria Municipal de Segurança Integrada. **SSP**: Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

7.4 CONTATO DAS DEMAIS INSTITUIÇÕES/ÓRGÃOS DE INTERESSE PARA O PLANO DE CONTINGÊNCIA MUNICIPAL

Tabela 5. Telefones de órgãos/entidades relevantes para o Plano.

Órgão / Entidade	Telefone
Defesa Civil Região Metropolitana Jundiaí	(11) 4586-0666
Defesa Civil Regional (Campinas) - REDEC	(19) 3272-4442
Defesa Civil Estadual (São Paulo) - CEDEC	(11) 2193-8881
Secretaria Nacional de Defesa Civil (Brasília) - SEDEC	(61) 2034-5800 ou 0800 61 00 21
Estação de Bombeiros – Campo Limpo Paulista - 1º SGB – 19º GB	193 ou 4038-2244
Corpo de Bombeiros – Jundiaí – 19º GB	193 ou 4521-2666
Polícia Militar – Campo Limpo Paulista – 3ª CIA – 49º BPMI	(11) 4039-3466
Polícia Militar – Jundiaí - 49º BPMI	190 ou 4587-5000
Polícia Militar Rodoviária - Jundiaí	4526-3787
Polícia Ambiental - Jundiaí	4587-1811
Polícia Civil – Campo Limpo Paulista	4039-1499
Polícia Civil (Delegacia Seccional) - Jundiaí	4583-6400
CPFL - Jundiaí	0800 010 2570 ou 4532-5514
CETESB (Campinas)	(19) 3772-6600
CETESB (Jundiaí)	4817-1898
DAEE (Campinas)	(19) 3242-0746
COMGÁS - Jundiaí	0800 11 01 97 ou 4521-2906
SAMU	192 ou 0800 770 71 92



DER - Jundiaí	4587-6175
Aeroporto - Jundiaí	4531-0085
Exército 12º GAC - Jundiaí	4587-9098
Hospital São Vicente - Jundiaí	4583-8155
Ministério Público Federal - Jundiaí	4523-3950
Polícia Federal - Jundiaí	4523-3340
INMET (São Paulo)	(11) 5051-5700
CEMADEN (Cachoeira Paulista)	(12) 3186-9236 21

Siglas: REDEC – Coordenadoria Regional de Defesa Civil. CEDEC – Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. SGB – Sub-grupamento de Bombeiros. GB – Grupamento de Bombeiros. CIA – Companhia. BPMI – Batalhão de Polícia Militar Interior. CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz. CETESB: Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. DAEE: Departamento de Águas e Energia Elétrica. COMGÁS: Companhia de Gás de São Paulo. SAMU: Serviço de Atendimento Móvel de Urgência. DER: Departamento de Estradas de Rodagem. INMET: Instituto Nacional de Meteorologia. CEMADEN: Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais.

8. FASES DE OPERAÇÃO DO PLAMCON

A atuação dos membros durante o Plano de Contingência compreende 4 etapas:

1. Prevenção;
2. Preparação;
3. Resposta;
4. Reconstrução.

17

8.1 FASE 1: PREVENÇÃO

Ocorre através de um planejamento em condições normais, onde serão adotadas medidas que possam evitar consequências graves à população e que vise o bem estar da sociedade.

Diretrizes gerais:

- Atualização do plano de contingência;
- Mapeamento de identificação das áreas de risco para deslizamentos de terra; alagamento, enchente e inundação; e solapamento de margem fluvial.
- Fiscalização das construções nas áreas de risco;
- Informar a população quanto aos possíveis riscos através dos meios de comunicação;
- Capacitação dos agentes da defesa civil;
- Promoção de campanhas de prevenção e conscientização da população das áreas de risco;
- Monitoramento das condições meteorológicas durante o período de abrangência do Plano;
- Promover a revisão de recursos disponíveis junto aos Órgãos Municipais e Estaduais, através de check-list dos equipamentos, materiais, recursos humanos, programas sociais, contratos terceirizados, etc;



- Promover a limpeza, manutenção de canais, córregos, valões, bem como a desobstrução e desentupimento dos sistemas pluviais e de esgoto;
- Promover “Briefing” com os representantes das Secretarias e demais profissionais/especialistas envolvidos, visando informá-los dos objetivos e importância da aplicação do Plano de Contingência, em situações críticas, como ferramenta de controle, planejamento e gerenciamento dos recursos disponíveis para resposta aos desastres;
- Manter os recursos (humanos e equipamentos) disponíveis e aptos ao pronto emprego/funcionamento com operadores, apoio logístico, materiais de reposição, insumos, motoristas, operários, etc;
- Manter os recursos de necessidade básica para pronto emprego: colchões, cestas básicas, telhas, vestuário, roupas de cama e banho (doações), entre outros;

QUADRO DE ATRIBUIÇÕES PREVENTIVAS A SEREM EXECUTADAS POR CADA MEMBRO MUNICIPAL

Tabela 6. Diretrizes preventivas específicas para cada órgão colaborador do Plano de Contingência

ÓRGÃO/ ENTIDADE	COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES	AÇÕES E SERVIÇOS
SMA - DPDC	Atendimento direto à população e mobilização das outras Secretarias ou órgãos;	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar o Sistema Municipal de Defesa Civil (SIMPDEC); - Elaborar e difundir o PPDC anual ao Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil; - Coordenar e supervisionar as ações de Defesa Civil; - Promover a consolidação e a interligação das informações de riscos e desastres no âmbito do SIMPDEC (Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil); - Manter o Sistema Nacional e Estadual informados sobre as ocorrências de desastres e atividades de Defesa Civil; - Articular-se junto aos órgãos de monitoramento, alerta e alarme, com o objetivo de otimizar a previsão de desastres elencados na Classificação e Codificação Brasileira de Desastres – COBRADE; - Articular-se com a Coordenadoria Regional de Defesa Civil – REDEC para a criação de Sala de Situação visando a centralização de dados de índices pluviométricos regionais, bem como para a participação do Plano Preventivo de Defesa Civil – PPDC da região de Jundiaí; - Implantar banco de dados e elaborar mapas temáticos sobre ameaças múltiplas, vulnerabilidade, nível de riscos e recursos relacionados com equipamentos disponíveis para o apoio às operações; - Monitorar os postos de coletas de índices pluviométricos que correspondem às divisões geográficas de interesse do Departamento Municipal de Proteção e Defesa Civil – DPDC; - Declarar as mudanças de níveis de operação que lhe compete; - Estabelecer ações integradas junto ao Corpo de Bombeiros nas atividades de prevenção e socorro;



		<ul style="list-style-type: none"> - Coordenar a Rede de Alerta de Desastres do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil - SIMPDEC - Cadastramento dos pontos críticos com riscos de deslizamento e alagamentos; - Em conjunto com as secretarias pertinentes, definição das medidas preventivas ou corretivas emergenciais a serem implementadas antes do início do período chuvoso; - Revisão em campo das áreas de risco com as informações disponíveis atualmente; - Divulgação do Planejamento à imprensa e Legislativo; - Revisão em campo das áreas de risco com as informações disponíveis atualmente; - Implantação do sistema de comunicação, alerta, monitoramento pluviométrico e previsão meteorológica.
SADS	Atendimento direto à população e geração de demanda de suprimentos;	<ul style="list-style-type: none"> - Cadastramento da população; - Previsão e preparação de alojamentos e abrigos; - Provisão de recursos para a população atingida; - Identificação das lideranças comunitárias para auxílio na operação do Plano.
SO	Atendimento direto à população e apoio às outras Secretarias e órgãos;	<ul style="list-style-type: none"> - Intensificar a fiscalização visando identificar a construção de novos imóveis irregulares; - Compartilhar com a Defesa Civil a situação dos imóveis interditados e das famílias com previsão de intervenção; - Vistoriar, em conjunto com a Defesa Civil, as edificações em áreas de risco, promovendo ou articulando a remoção preventiva de seus moradores em conjunto com a Defesa Civil, SSP e SAJ; - Acompanhar, em conjunto com a Defesa Civil, a situação dos imóveis sinistrados até sua completa demolição e posterior recuperação da área; - Disponibilização dos cadastros dos núcleos de submoradias; - Mapeamento das áreas de risco em conjunto com a Defesa Civil; - Identificação das lideranças comunitárias para auxílio na operação do Plano; - Disponibilização de corpo técnico para apoio às outras Unidades e órgãos; - Treinamento do Grupo Operacional do órgão.
SS	Atendimento direto à população;	<ul style="list-style-type: none"> - Treinamento do Grupo Operacional do órgão.
SGP	Atendimento direto à população;	<ul style="list-style-type: none"> - Treinamento do Grupo Operacional do órgão; - Intermediação com as empresas concessionárias para atendimento em ocorrências de situação de calamidade.
SSP	Atendimento direto à população;	<ul style="list-style-type: none"> - Disponibilização de corpo técnico para apoio às outras Unidades e órgãos; - Treinamento do Grupo Operacional do órgão; - Execução de medidas preventivas ou corretivas emergenciais a serem implementadas antes do início do período chuvoso; - Apoio na identificação de áreas de risco no Município;
SSI	Apoio às outras Secretarias e órgãos;	<ul style="list-style-type: none"> - Treinamento do Grupo Operacional do órgão; - Apoio de segurança quando solicitados; - Apoio preventivo de suporte às ações da Polícia Militar e demais

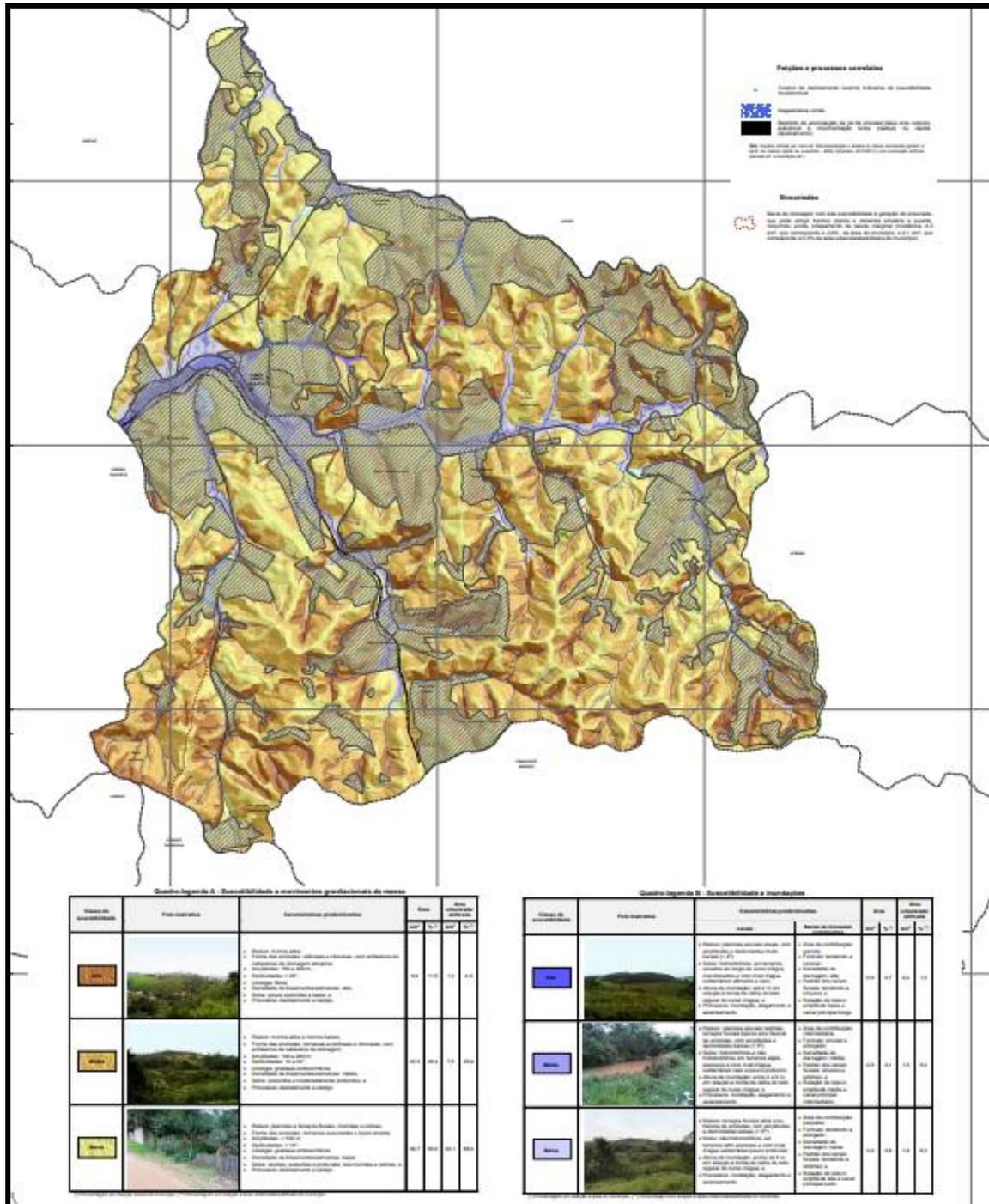


		Órgãos e Secretarias Municipais.
SCC	Atendimento direto à população;	<ul style="list-style-type: none">- Elaboração e divulgação de boletins informativos;- Coordenação da comunicação através dos órgãos de imprensa;- Treinamento do Grupo Operacional do órgão;- Divulgação do Planejamento à imprensa e Legislativo;- Distribuição de material informativo para as Unidades, órgãos envolvidos e população.
SEL	Apoio às outras Secretarias e órgãos;	<ul style="list-style-type: none">- Deixar os locais pré-estabelecidos como abrigos em condições adequadas para recebimento da população atingida.

Siglas: **SMA – DPDC** – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Departamento de Proteção e Defesa Civil. **SADS**: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **SO**: Secretaria Municipal de Obras. **SS**: Secretaria Municipal de Saúde. **SGP** – Secretaria Municipal de Gestão Pública. **SSP**: Secretaria Municipal de Serviços Públicos. **SSI** – Secretaria Municipal de Segurança Integrada. **SCC** – Secretaria Municipal da Casa Civil. **SEL**: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.



MAPEAMENTO DAS ÁREAS DE RISCO* – INUNDAÇÃO, ALAGAMENTO E SOLAPAMENTO DE MARGEM FLUVIAL



*Esses documentos existem impressos em formato maior e também em arquivo eletrônico.



8.2 FASE 2: PREPARAÇÃO

Com a previsão de eventos de precipitação intensos e/ou prolongados os participantes do Plano ficarão em alerta para o atendimento, preparando os equipamentos necessários para resposta como, máquinas, alimentação, materiais de primeiros socorros ou qualquer outro item necessário. Durante o período chuvoso e com iminente risco de enchentes e deslizamentos os membros do PLAMCON ficarão de sobreaviso em horário fora do expediente para o atendimento de eventuais ocorrências;

8.3 FASE 3: RESPOSTA

Uma vez ocorrido o desastre se faz necessário o acionamento do SIMPDEC para as ações de respostas. Neste momento toda estrutura da Prefeitura deve se manter disponível e em alerta para o que se fizer necessário diante das atribuições aqui designadas pelo Plano de Contingência.

Diretrizes gerais:

- Contatar coordenadoria regional da Defesa Civil da área atingida;
- Identificar as áreas atingidas;
- Acionar as equipes de socorro;
- Verificar quais as vias de acesso e evacuar as áreas de risco;
- Manter todos informados quanto aos riscos através dos variados meios de comunicação;
- Organizar um local adequado para o recebimento e distribuição de alimentos, remédios, roupas e demais suplementos necessários para que se possam manter as pessoas acobertadas quanto as suas necessidades;
- Equipar e organizar os abrigos para receber a população vitimada;
- Fazer a retirada e cadastramento das famílias que necessitam de assistência durante o período do desastre;
- Isolamento das áreas atingidas;
- Busca e salvamento das vítimas;
- Atendimento pré-hospitalar;
- Divulgação para a imprensa quanto à situação do desastre e suas consequências;
- Acionar a Vigilância Sanitária para monitoramento quanto às epidemias;

23

QUADRO DE ATRIBUIÇÕES DE RESPOSTA A SEREM EXECUTADAS POR CADA MEMBRO DO PLAMCON

Tabela 7. Atribuições de resposta.

ÓRGÃO/ ENTIDADE	COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES	AÇÕES, SERVIÇOS E BENEFÍCIOS
SMA - DPDC	Atendimento direto	- Manter o Sistema Regional e Estadual



	à população e mobilização dos outros órgãos e Secretarias;	informados sobre as ocorrências de desastres; - Propor à autoridade municipal a decretação de Situação de Emergência ou estado de Calamidade Pública, observando os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil – CONDEC; - Proceder à avaliação de danos e prejuízos das áreas atingidas por desastres, através do preenchimento de Relatórios de Avaliação de Danos, com base nas informações prestadas pelos órgãos do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil – SIMPDEC; - Prestar apoio logístico às pessoas e aos órgãos envolvidos no desastre; - Elaboração de relatórios sobre as ocorrências com informações detalhadas e dimensões dos desastres; - Atendimento às comunicações de ocorrências; - Mobilização dos outros órgãos municipais e estaduais.
SMA - DMA	Atendimento direto à população	- Promover a Remoção dos Animais através da Divisão de Bem Estar Animal
SADS	Atendimento direto à população e geração de demanda de suprimentos;	- Cadastramento da população atingida; - Administração de alojamentos e abrigos; - Prestar auxílio psicológico e social às famílias vítimas das ocorrências; - Disponibilização de veículos e motoristas para transporte da população afetada; - Mobilização da população em risco através das lideranças comunitárias.
SO	Apoio às outras Secretarias e órgãos;	- Disponibilização de veículos e motoristas para transporte da população afetada; - Disponibilização de corpo técnico para apoio à Defesa Civil, SADS e SSP; - Realizar ações de fiscalização nos locais necessários;
SSP	Atendimento direto à população;	- Disponibilização de recursos humanos e corpo técnico para atendimento à população e manutenção das áreas atingidas por calamidades;



		<ul style="list-style-type: none">- Disponibilização de recursos materiais (veículos, máquinas e equipamentos);- Análise das áreas afetadas para propostas de reconstruções e reparos;- Execução de reconstruções e reparos das áreas atingidas em conjunto com a SO.
SS	Atendimento direto à população;	<ul style="list-style-type: none">- Mediar e acompanhar a evolução do quadro clínico das vítimas;- Promover remoção de feridos;- Providenciar, com a frequência necessária, visitas médicas aos abrigos instalados;- Coordenar e executar tarefas relativas às diretorias da SS;
SE	Apoio às outras Secretarias e órgãos;	<ul style="list-style-type: none">- Apoio à preparação/fornecimento de refeições para os alojamentos e abrigos.- Abertura dos locais definidos para abrigo da população atingida.
SEL	Apoio às outras Secretarias e órgãos;	<ul style="list-style-type: none">- Abertura dos locais definidos para abrigo da população atingida.
SGP	Atendimento direto à população;	<ul style="list-style-type: none">- Interdição das vias em áreas afetadas;- Organização do sistema viário;- Disponibilização de veículos com motoristas para transporte da população afetada;
SABESP	Apoio às outras Secretarias e órgãos;	<ul style="list-style-type: none">- Fornecimento de água potável para consumo das equipes de emergência e da população atingida;- Disponibilização de máquinas, equipamentos e motoristas para atuação nas áreas afetadas;
SSI	Apoio às outras Secretarias e órgãos;	<ul style="list-style-type: none">- Segurança dos envolvidos nos locais afetados e preservação desses locais;
SCC	Atendimento direto à população;	<ul style="list-style-type: none">- Elaboração e divulgação de boletins informativos;- Coordenação da comunicação através dos órgãos de imprensa;
CORPO DE BOMBEIROS	Atendimento direto à população	<ul style="list-style-type: none">- Atendimento e Coordenação nas atribuições de competência da Corporação;- Atuação na zona quente da ocorrência.
EXÉRCITO - 12º GAC	Atendimento direto à população	<ul style="list-style-type: none">- Disponibilização de recursos humanos e materiais para colaborar no atendimento às



	vítimas.
--	----------

Siglas: **SMA – DPDC** – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Departamento de Proteção e Defesa Civil. **SMA – DMA** – Secretaria Municipal de Meio Ambiente – Departamento de Meio Ambiente. **SADS**: Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. **SO**: Secretaria Municipal de Obras. **SSP**: Secretaria Municipal de Serviços Públicos. **SS**: Secretaria Municipal de Saúde. **SE**: Secretaria de Educação. **SEL**: Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. **SGP** – Secretaria Municipal de Gestão Pública. **SABESP**: Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo. **SSI** – Secretaria Municipal de Segurança Integrada. **SCC** – Secretaria Municipal da Casa Civil. **12º GAC** – Grupo de Artilharia de Campanha.

8.4 FASE 4: RECONSTRUÇÃO

Durante esta fase o objetivo é a reconstrução tanto dos aspectos físicos como dos sociais da área atingida.

Diretrizes gerais:

- Reconstrução de estruturas (pontes, estradas, etc.) e serviços públicos essenciais;
- Restabelecer a economia da área afetada;
- Realocação da população e reconstrução de moradias para a população de baixa renda;
- Ordenação de espaço urbano;
- Recuperação de áreas degradadas;
- Recuperação do bem estar da população;
- Vigilância Sanitária para controle de pragas e epidemias;
- Avaliação dos danos e elaboração dos laudos técnicos;
- Mobilização das brigadas ou equipes de demolição e remoção dos escombros;
- Serviços essenciais: energia elétrica, água potável, comunicação, rede de esgoto, coleta de lixo, suprimento de alimentos, combustível etc;
- Limpeza, descontaminação, desinfecção, desinfestação das escolas, prédios públicos, casas e logradouros públicos (mercado, igreja, etc).

26

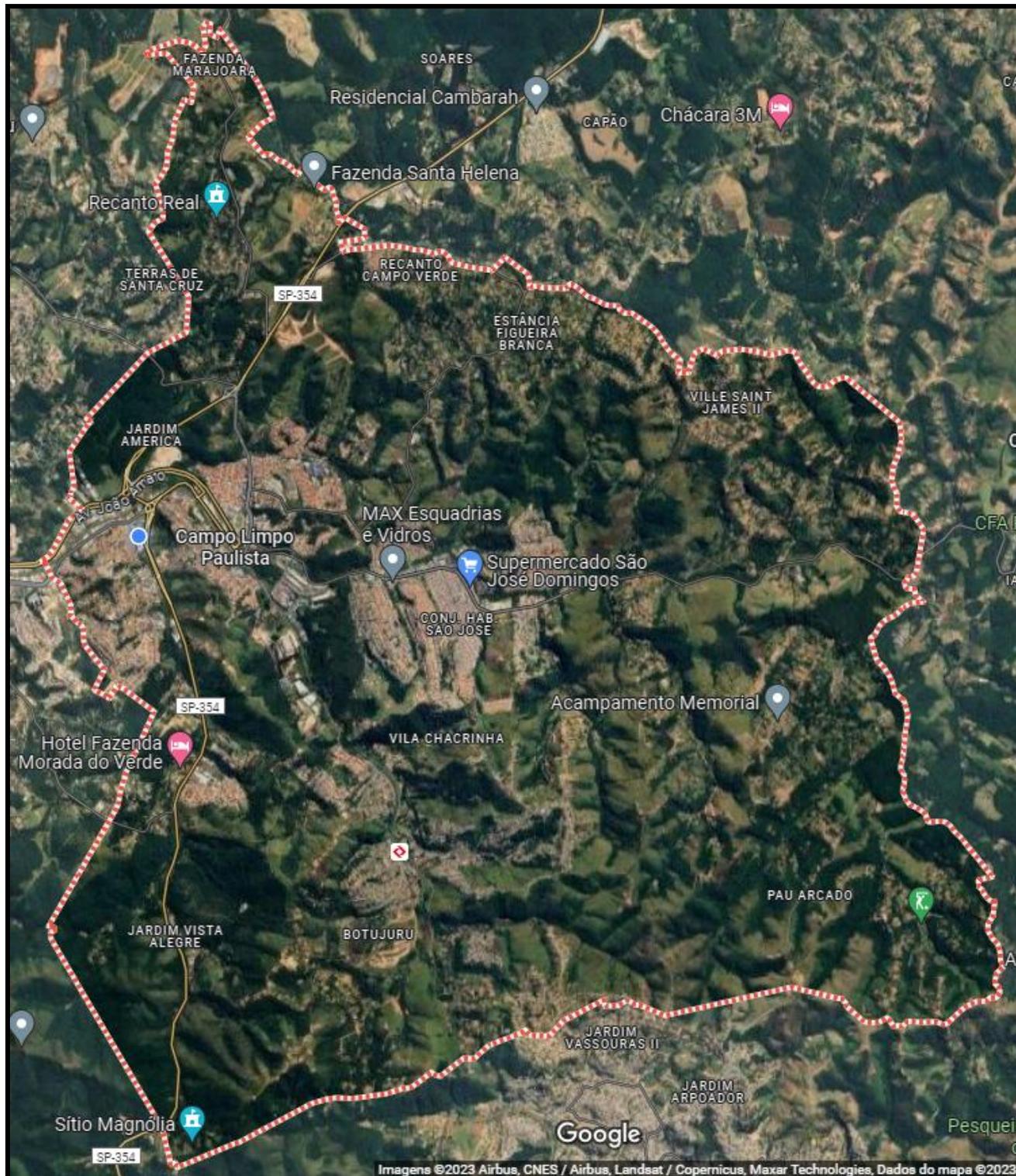
9. ABRIGAMENTO (DEFINIÇÃO DOS ABRIGOS)

O abrigo é uma instalação que proporciona hospedagem provisória às pessoas necessitadas em caráter emergencial e desamparadas socialmente.

O abrigamento será realizado excepcionalmente em uma instalação fixa e adaptada para esta finalidade, por um período determinado. **A abertura dos locais é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e/ou Secretaria Municipal de Educação.**

Responsáveis pela gestão do abrigo: **Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social e Secretaria de Segurança Integrada.**

O mapa a seguir indica a localização dos espaços (**Educaionais Culturais e Esportivos?**) no município de Campo Limpo Paulista indicados e vistoriados para serem utilizados como locais de abrigo.



Mapa com localização dos abrigos (conforme definição se der)



10. DIVULGAÇÃO

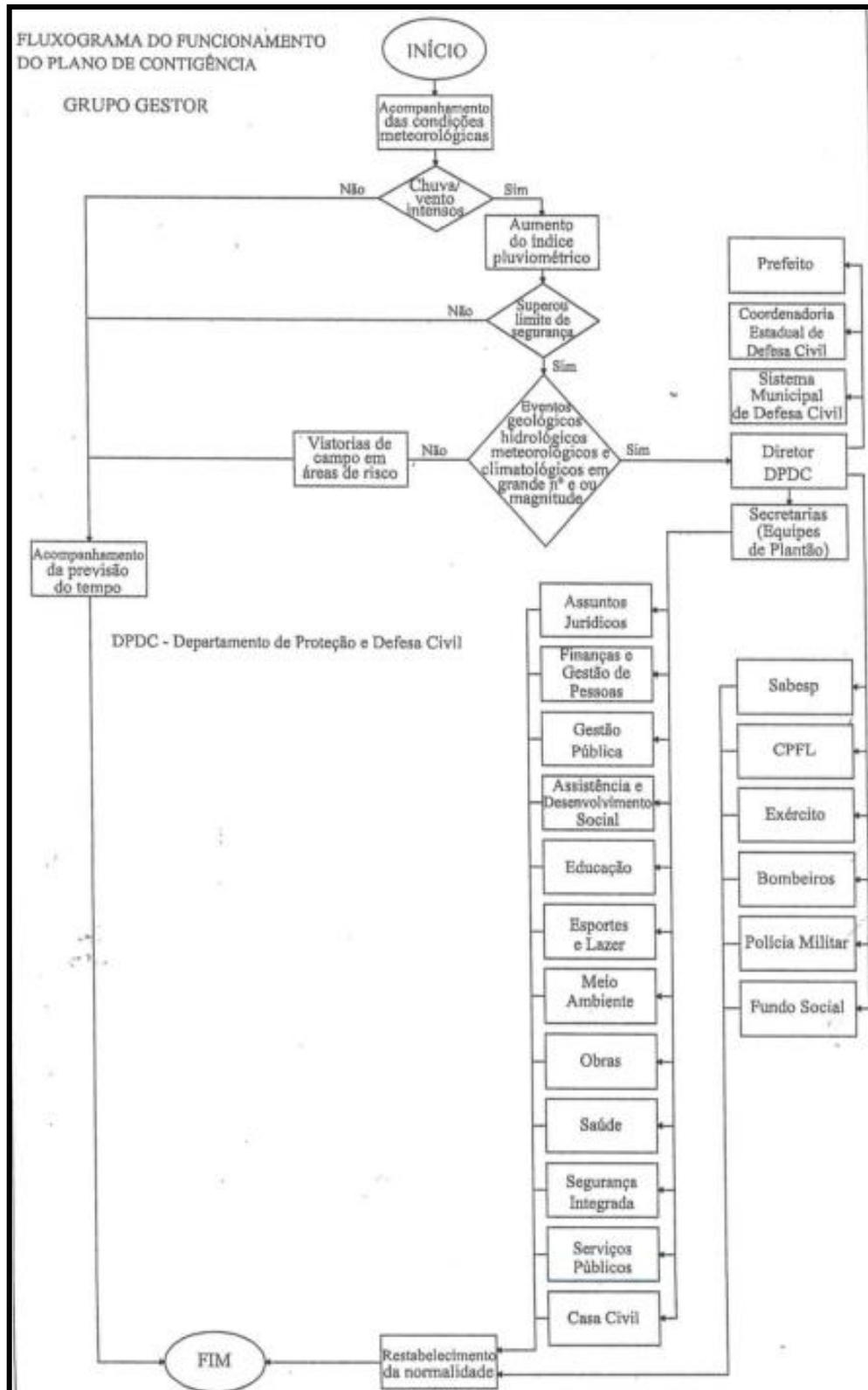
O documento final do Plano de Contingência deve ser de conhecimento público, divulgado no Diário Oficial Municipal e outros meios. Há, porém, no documento final, informações sensíveis, como telefones de autoridades, as quais devem estar disponíveis apenas aos órgãos responsáveis pelas ações de acionamento.

11. REVISÃO DO PLANO

Constitui-se da atualização periódica de cadastros: contatos de emergência da equipe e dos órgãos de resposta; dados de transporte e logística; disponibilidade das estruturas de emergência; listas de recursos disponíveis; atualização das áreas de risco, alterações e/ou acréscimos que deveram ser inseridos conforme a necessidade.



12. FLUXOGRAMAS DE FUNCIONAMENTO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA

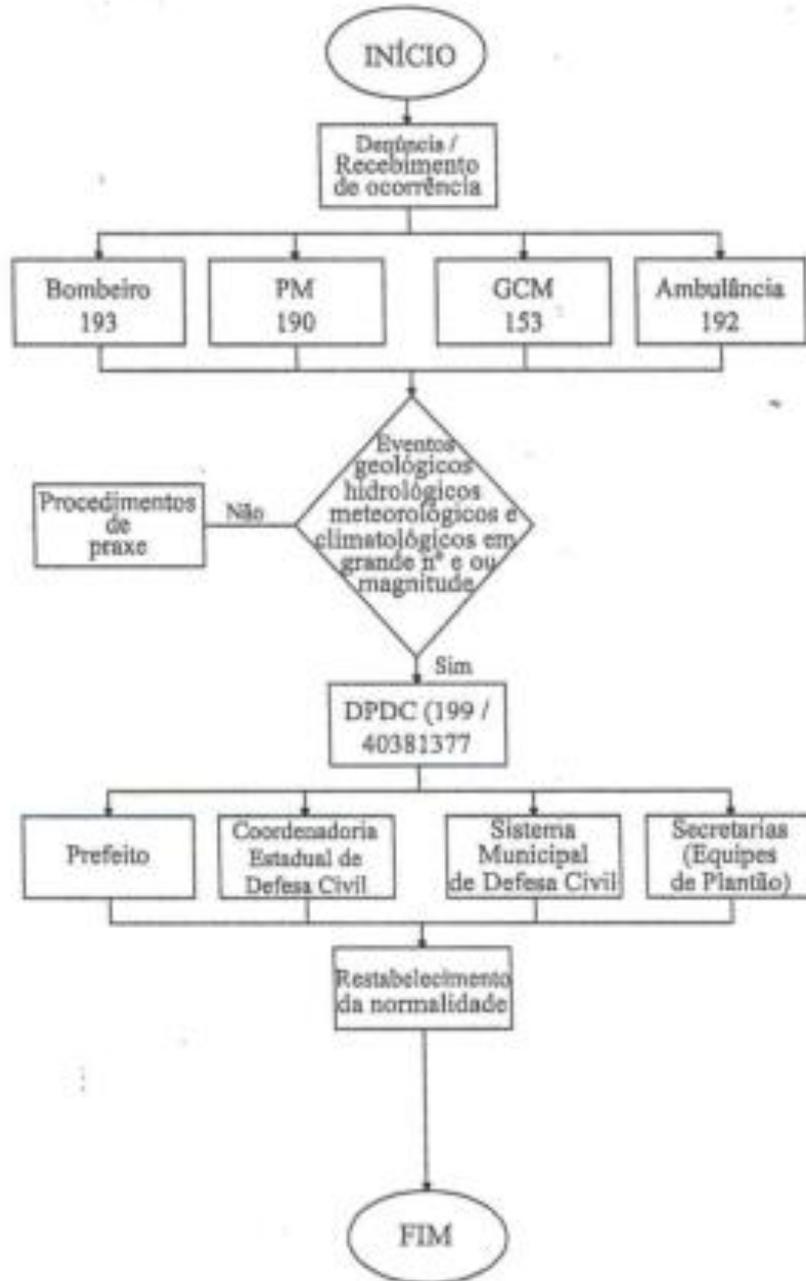


Fluxograma - Grupo Gestores



FLUXOGRAMA DO FUNCIONAMENTO
DO PLANO DE CONTIGÊNCIA

GRUPO OPERACIONAL



Fluxograma - Grupo Operacional



13. PÁGINA DE ASSINATURAS

NOME	INSTITUIÇÃO / ÓRGÃO	FUNÇÃO / CARGO	ASSINATURA
Leandro Bizetto	Secretaria Municipal da Casa Civil	Secretario	
Vinícius Passarin Neves	Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos e Cidadania	Secretário	
Fábio Ferreira da Silva	Secretaria Municipal de Finanças e Gestão de Pessoas	Secretário	
Fausto Alves	Secretaria Municipal de Gestão Pública	Secretário	
Carmem Brandino	Prefeitura Municipal – Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social	Secretária	
Alessandra Andrade	Secretaria Municipal de Educação	Secretária	
Cleber Ulisses de Oliveira	Prefeitura Municipal – Secretaria de Esportes e Lazer	Secretário	
Augusto Pereira Filho	Prefeitura Municipal – Secretaria de Obras e Planejamento	Secretário	
Alynne Sousa	Prefeitura Municipal – Secretaria de Saúde	Secretária	
Ronaldo dos Santos Cazelli	Prefeitura Municipal – Secretaria de Segurança Integrada	Secretário	
Dênis Braghetti	Prefeitura Municipal – Secretaria de Serviços Públicos	Secretário	



14. REGISTRO DE ALTERAÇÕES

DATA	ALTERAÇÃO	OBS.
21/11/2023	Versão inicial – v.1	



15. REGISTRO DE CÓPIAS DISTRIBUÍDAS

NÚMERO	ÓRGÃO / INSTITUIÇÃO / AUTORIDADE	DATA (recebimento)	ASSINATURA (preferência com carimbo)
1.	PREFEITO MUNICIPAL		
2.	VICE-PREFEITO		
3.	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL		
4.	SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS		
5.	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO		
6.	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER		
7.	SECRETARIA DE FINANÇAS E ORÇAMENTO		
8.	SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA		
9.	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE		
10.	SECRETARIA DE OBRAS E PLANEJAMENTO		
11.	SECRETARIA DE SAÚDE		
12.	SECRETARIA DE SEGURANÇA INTEGRADA		
13.	SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS		